



“A deficiência não é uma doença, é uma condição”

APCC: Instituição, no Porto, está a assinalar 50 anos, marcando percursos de vida como os de José Rui e de Ana Catarina, desde os tempos de criança...

A Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) surgiu em 1974 do esforço e preocupações de um grupo de pais, com o apoio de alguns técnicos, que procuravam responder ao crescente número de casos de crianças com paralisia cerebral na zona Norte do país. O caminho foi feito a custo, mas sem medos. Quando passam 50 anos desde a fundação da instituição, fomos conhecer a vida de José Rui, 51 anos, e de Ana Catarina, de 32, que entraram ainda crianças na APPC. A paralisia cerebral não é uma doença. Não se cura, nem regride. É uma condição de vida.

José Rui Marques tinha quatro anos quando começou a frequentar a Associação do Porto de Paralisia Cerebral. O filho mais velho da Maria Zulmira e de Manuel, hoje com 51 anos, nasceu com paralisia cerebral e, chegado à idade de frequentar o jardim de infância, “havia que encontrar soluções” de aprendizagem. Na altura “não havia nada”, comentou José Rui. Mas nada lhe faltou. “Sou um privilegiado por ser filho de fundadores da APPC”, resumiu.

Maria Zulmira e Manuel, juntamente com outros cinco casais, chegaram inclusive “a pagar do próprio bolso a uma terapeuta da fala e a uma educadora”, numa altura em que a instituição “nem sequer tinha ainda protocolo com a Segurança Social e que legalmente ainda não existia a Educação Especial”, referiu José Rui, que em jeito de graça costuma dizer que a APPC é a “irmã mais nova”.

E na prática até foi, porque os desafios que os pais superaram para que nada faltasse ao filho foram servindo para que a APPC ganhasse valências, como o centro de reabilitação.

Por conta disso, José Rui foi sendo pioneiro em muitas das coisas que foi almejando ao longo da vida, como se os pais – ao tratarem-no como uma criança normal, ainda que com as suas limitações – o dotassem de uma força extra capaz de desbravar mundo.

“Acho que tudo faz parte da nossa vivência. Vivi num bairro residencial, sempre andei na rua, sempre andei de cadeiras de rodas, o que não era fácil. E caía e magoava-me, mas isso é que é inclusão”, sublinhou José Rui.



Foi também graças ao facto de "não ser funcional escrever com a mão esquerda" que o licenciado em Bioquímica e doutorado em Química se tornou "o primeiro, a nível nacional, a comunicar com o ponteiro no capacete". Da mesma forma que esteve na base da criação da Associação de Vela Adaptada, dando conta da felicidade que é estar a navegar em alto mar.

Num mundo onde só depois da presença de José Rui foi possível dotar edifícios públicos com rampas, como aconteceu na Escola Secundária António Nobre e na Faculdade de Ciências, a sua bandeira continua a "integração".

Aliás, meio século depois da fundação da APPC, o pai de uma jovem de 15 anos – que integra os órgãos sociais – vinca que um dos objetivos da instituição é continuar a "promover a integração", dando como exemplo a Villa Urbana de Valbom, em Gondomar, que acolhe, em regime de habitação permanente, pessoas com paralisia cerebral, ao mesmo tempo que tem "serviços como creche e jardim de infância abertos a todos".

E é graças a tantas conquistas, que afinal não passam de direitos, que José Rui tem uma assistente pessoa que o ajuda na rotina diária, seja na higiene pessoal, na alimentação ou na ida às compras.

Ana Catarina Correia, 32 anos, mestre em Sociologia, deixou o doutoramento "em pausa" e é uma "potencial candidata" aos Jogos Paralímpicos de Paris, na modalidade de boccia. Treina "quatro dias por semana cerca de 15 horas" ou não fosse a jogadora do Sporting Clube de Espinho uma atleta de alto rendimento. E quando não está a estudar as táticas está "a treinar na mesma, mas na piscina ou no ginásio".

O esforço e dedicação valeram-lhe, no ano passado, o título de vice-campeã da Europa, em Roterdão (Países Baixos) e, em 2022, o de vice-campeã do Mundo, na Póvoa de Varzim. E conta que "é curioso que foi na APPC, quando tinha 14 anos", que descobriu a modalidade.

Já fora do recinto do jogo, Ana Catarina é uma acérrima defensora dos direitos das pessoas com deficiência. Daí que defenda sempre "o coletivo" em detrimento da individualidade.

Como dirigente da APPC, Ana Catarina está mais atenta e não tem dúvidas que "pequenas e grandes coisas já foram feitas", mas sublinha que "grandes coisas ainda faltam fazer" no universo da deficiência. E detalhou: "Falta, antes de tudo, que o mundo entenda que não são necessárias apreciações negativas e trágicas. A deficiência não é uma doença, é uma condição".

Depois, reclama que “ainda há muitos acessos que estão vedados, como nos transportes, no acesso à Educação – as escolas não têm recursos e, por isso, não dão respostas inclusivas –, no acesso ao emprego e até no direito à habitação”.

No entanto, Ana Catarina também tem consciência de que “criar melhores oportunidades não se centra num problema político e social”. E explicou: “As barreiras que fui encontrando aguçaram-me o espírito para conseguir pequenas mudanças. Falta promover o espírito crítico nas pessoas com deficiência”.



Ingressou na Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) nos anos 70, ainda a inclusão era algo “quase invisível”. Mas nem por isso baixou os braços. Entre muitos projetos em que foi pioneiro, Abílio Cunha criou uma empresa de inserção, integrando pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Mas porque a “luta” continua “difícil”, o presidente da APPC reclama mais apoios, até porque há pessoas com deficiência que ainda não vivem “com um patamar de vida digno”.

– Integrou, em 1978, os órgãos sociais da APPC. Foi mais difícil nessa altura lutar pela integração do que é agora?

Nessa altura era uma luta difícil, sim. Mas também é hoje. Na altura, fui convidado pelo então presidente, Pinto Viana, porque defendíamos que as pessoas com deficiência deveriam estar presentes nos órgãos dirigentes e prestar reais contributos a nível da decisão. Nessa altura ainda mal se encarava a questão da inclusão. E foi, durante muitos anos, uma grande luta junto do poder político e da sociedade para que se começasse a aceitar algo até então inexistente ou quase invisível.

– Em 2001, na APPC, criou uma empresa de inserção? Como correu?

A criação na APPC de uma empresa de inserção foi assumida como um primeiro passo, já há mais de duas décadas, para se avançar com a possibilidade de integração de algumas pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Teremos atingido 20% de colocações. Mas foi um passo pioneiro, numa altura em que nem se discutiam quotas para isto ou para aquilo...

– Há alguma medida do Governo que tarda? Qual?

O valor da prestação social para a inclusão deveria ser equivalente ao salário mínimo nacional, permitindo assim às pessoas com deficiência atingirem um patamar de vida digno. O que em certos casos ainda não acontece. Também defendo que os acordos de cooperação (na área da deficiência não deveriam implicar uma comparticipação financeira dos próprios beneficiários ou das suas famílias, nomeadamente os clientes do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão ou das unidades residenciais.

– O que é mais difícil de gerir na APPC?

Os recursos humanos da APPC, uma competente equipa de profissionais, implicam uma grande preocupação ao nível da sustentabilidade da organização, dado que a maior parte do financiamento deriva dos acordos de cooperação. Que, na sua maioria, têm um muito reduzido aumento anual, que não corresponde nem ao nível da atualização salarial, nem ao custo de outras despesas (energias, gás). O nosso interlocutor junto das respetivas tutelas [a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade] deveria ser mais proativo, assumindo um papel mais reivindicativo e com resultados práticos: quer ao nível da legislação que vai surgindo, quer a nível da atualização dos acordos. Esta escassez da atualização anual dos acordos leva-nos a que, cada vez mais, tenhamos colaboradores a receber perto do salário mínimo.

– Como espera que a APPC esteja daqui a 50 anos?

Gostaria que a APPC se afirmasse cada vez mais, concretizando as suas ambições e assumindo-se como o parceiro especialista na prestação de serviços de excelência pela diversidade humana. Sempre apoiando projetos de vida.

Localização: A Associação do Porto de Paralisia Cerebral tem a sua sede na Rua de Delfim Maia. Mas é o Centro de Reabilitação, no n.º 192 da Alameda de Cartes, em Campanhã, que os utentes frequentam.

Voluntariado: A Associação do Porto de Paralisia Cerebral conta com cerca de três mil utentes. Nesta instituição trabalham 278 funcionários e mais de 50 voluntários. Quem quiser ser voluntário deve preencher um formulário no site da APPC.

Parcerias: A APPC é uma parceira regular das autarquias do Porto e de Gondomar para questões municipais no âmbito da deficiência, da saúde e da educação. A Fundação PT, a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro são alguns dos parceiros da instituição.

30 mil atendimentos por ano são feitos pela APPC. O Centro de Reabilitação conta com valências como centro médico, nutrição, intervenção precoce e centro de recurso para a inclusão, entre outros.

Villa Urbana de Valbom: Inaugurada em 2003, a Villa Urbana de Valbom (unidade da APPC) é um edifício que acolhe, em regime de habitação permanente, em apartamentos individuais, mais de 30 pessoas com paralisia cerebral. Nestas instalações também funcionam creche e ATL.

Deficiência representada: Os órgãos sociais da APPC são compostos por 17 pessoas, sete com deficiência (41%). O próprio presidente da APPC, Abílio Cunha, tem paralisia cerebral.

Centros de atividades: A APPC tem a funcionar centros de atividades e capacitação para a inclusão em três equipamentos, na APPC Centro, na APPC Oriental e na APPC Gondomar. Neste serviço são desenvolvidas “atividades socialmente úteis e outras estritamente ocupacionais”.

▶▶▶ www.jn.pt/7865605535/a-deficiencia-nao-e-uma-doenca-e-uma-condicao/